

## QUINTA-COLUNA NO BRASIL MERIDIONAL

César Augusto Benevides

De acordo com o relatório apresentado, em outubro de 1940, ao Governo da República, pela Comissão de Nacionalização, os “inimigos da pátria” estavam distribuídos em “quatro categorias”: os agentes consulares, os professores, os sacerdotes e os agitadores; todos obedecendo “as diretrizes estrangeiras” (1). No Paraná, estas “categorias” se diluem e, ao mesmo tempo, se ampliam enfeixadas na denominação “quinta-coluna”.

Os primeiros jornais paranaenses traçaram o perfil do “quinta-coluna”, conceituando-o numa tarefa que se estendeu por mais de cinco anos e que se concretizou através da publicação do que selecionavam como “os exemplos mais frisantes” de infidelidade aos interesses nacionais (2). Para a redação de textos relativos ao quinta-colunismo, estes periódicos apoiavam-se, por exemplo, em discursos de autoridades, como aquele transcrito em uma publicação de 1942 e o qual foi proferido no Rio de Janeiro, pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, em um palco curioso: a sede da União Nacional dos Estudantes. Neste discurso, o “quinta-coluna” é visto como “*o que age em todos os terrenos, em todas as esferas, quer intelectuais, quer morais*”. Segundo o mesmo oficial, sua ação “mais eficiente”, e por isso “mais nefasta”, era desempenhada “por detrás dos bastidores” (3).

O **Diário da Tarde**, jornal privilegiado neste estudo, manteve-se, durante toda a campanha de nacionalização, “à frente dos bastidores”, desenhando, dando forma, alimentando e execrando os “inimigos da pátria”. O combate às chamadas “doutrinas exóticas” - fascismo, hitlerismo, integralismo e comunismo - sucumbiu diante do propósito de atacar o quinta-coluna (4). Nesse intuito este periódico chegou a organizar um inquérito, dirigindo “*a um grande número de personalidades de grande projeção social*” - intelectuais, comerciantes

e industriais- uma carta solicitando sugestões para o combate ao inimigo. As respostas teriam sido tão “enérgicas” que o jornal preferiu não divulgá-las, alegando que seria mais providencial guardá-las “*para o conforto de nossas energias, viver e combater ao lado de tão entusiásticas manifestações de patriotismo*”. Um ano depois, foi publicado um comentário sobre a resposta de um leitor. Nele se constata a intenção de aniquilar, a qualquer custo, o “quinta-coluna”: “*Cadeia para essa gente*”, recomendava o jornal (5)

Uma característica importante do **Diário da Tarde** é o seu distanciamento da documentação oficial e sua aproximação daquela concebida e idealizada por um grupo de intelectuais, cujos interesses refletiam os anseios das “classes conservadoras” locais, bastante receptivas a esse tipo de propaganda. O “inimigo” da sociedade paranaense tinha várias máscaras, sendo ressaltada, sempre, a sua capacidade de disfarce. As advertências aos leitores são, assim, verdadeiros convites à observação atenta:

*“Podem, pois, ficar os paranaenses certos. A quinta-coluna está agindo por toda a parte, ainda é preciso enfraquecer as forças de resistência, nos seus divertimentos, nos seus passeios, nas suas conversas, nos seus trabalhos, nos seus lares, em todas as manifestações de sua existência coletiva ou individual e até na própria morte, com os nomes dos seus mortos queridos”* (6).

Fica claro que à “quinta-coluna” não eram agrupados somente os “obcecados pelo regime totalitário”, se bem que muitas vezes utilizava-se, como recurso de convencimento, o fato do “quinta-coluna” poder arrastar o adepto para o nacional socialismo (7).

Nessa campanha de difusão do tema, todos os argumentos eram válidos: notícias sobre as atividades da “quinta-coluna” na América do Sul conviviam com outras pinçadas no cotidiano brasileiro e paranaense, ao mesmo tempo em que eram saudadas, com entusiasmo, às medidas repressivas colocadas em prática, como a portaria do Chefe de Polícia proibindo reuniões de estrangeiros em

casas particulares, uso do idioma das nações inimigas em espaço público, bem como as discussões e troca de idéias sobre a situação internacional (8).

“Dêem-lhes de duro” era a palavra de ordem do **Diário da Tarde**, que chegou a fornecer aos seus leitores “interessantes instruções”, no sentido de haver ampla cooperação dos “patriotas” com os poderes públicos. Assimilando estas dez instruções, os leitores estariam aptos a identificar e a denunciar os “traidores” da pátria. “Reajamos contra os Quinslings, ferreteemos a “quinta-coluna”, chamava o editorialista. Para reforçar o apelo escrito, recorria-se ao ilustrado. O anúncio de 17 de outubro de 1942 revela o clima de intimidação e delação motivado pelo jornal.

A ameaça do “quinta-coluna” passou a ser explorada efetivamente após o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo. Este fato, de acordo com o **Diário da Tarde**, não teve, no Paraná, nenhuma repercussão imediata, isto em decorrência da ação da própria “quinta-coluna”, do “trabalho sinistro” de seus adeptos (9). Para romper esse suposto estado de apatia cívica, o jornal não mediou esforços para trazer aos seus leitores uma enxurrada de denúncias.

A cidade de Ponta Grossa, uma das mais prósperas do Paraná, foi das mais visadas, por ser considerada “o mais perigoso e o maior ninho quinta-colunista do Estado”, o espaço onde conspiravam nazistas, integralistas e “brasileiros despudorados”. O **Diário da Tarde** deplorava o fato de integralistas conhecidos estarem ocupando posições de destaque em repartições públicas, lamentava a impunidade que gozavam certos brasileiros “apanhados em atentados contra a Pátria ou espalhando boatos ou ligados com espíões” e indignava-se como os profissionais alemães que desfrutavam “de proteção e de privilégios em prejuízo de outros brasileiros” (10).

A campanha contra a cidade, movida, provavelmente, pela sua vitalidade econômica e, talvez, até mesmo por se constituir em base de relativo apoio político e familiar do interventor Manoel Ribas, chegou às raias do absurdo, como demonstram dois relatos. O primeiro,



diz respeito a um italiano denunciado por ostentar, na fachada de sua casa, os símbolos do nazismo e do fascismo. Este pequeno comerciante, proprietário de uma fábrica de sabão, havia se recusado a retirar os referidos símbolos, até que o delegado local, em companhia do Corpo de Bombeiros e de uma “grande massa popular”, demoliu a platibanda e prendeu o quinta-colunista. Para o jornal ficava a esperança de que o infrator recebera o castigo merecido “*pela traição nefanda à nossa hospitalidade*” e “*por suas atitudes hostis ao nosso povo*” (11). O segundo, por sua vez, supera os limites do bom senso. Cobra-se de Ponta Grossa a comemoração da libertação de Paris do jugo nazista, bem como a da passagem do 2º aniversário da declaração de guerra do Brasil à Alemanha. Duas questões foram levantadas: “*Como justificar tão estranho procedimento da ‘Capital Cívica do Paraná?’*”. E “*A quem cabe a responsabilidade pelo ocorrido naquelas duas datas que foram dias de vibração cívica para todo o Brasil e para todo o mundo?*” (12). Como é possível observar, a meta do *Diário da Tarde* era, também em Ponta Grossa, espalhar o terror, incentivar a delação e louvar a repressão.

Sempre no intuito de conferir a certas ocorrências do cotidiano um caráter excepcional, o jornal cobriu o Paraná de medo. Transformou uma churrascada em Campo Largo, em “vasta trama integralista”, dois alemães que discutiam em seu idioma, em “eixistas”, e os que se negavam a adquirir os bônus de guerra, em “quinta-colunistas”, não deixando de exultar com a ação policial, como a que se seguiu após a prisão, em plena rua Ébano Pereira, de um “indivíduo de nacionalidade estrangeira que teria dado vaias à Alemanha” (13). Quando um processo iniciado em qualquer Estado da federação chegava ao Rio de Janeiro, o *Diário da Tarde* vibrava. Até os “traidores” integrados às forças armadas ganhavam adjetivos pejorativos, como o “tarado quinta-colunista”, que, segundo o jornal, “*rezava pela cartilha de Berlim*” e se recusara a cantar o hino nacional (14). Sabia-se que o tribunal de Segurança Nacional seria implacável com os “inimigos da pátria”.

Por detrás da delação imperava o boato. Daí a preocupação do *Diário da Tarde* em publicar relatos sobre punições sofridas por “boateiros quinta-colunistas” espalhados por todo o país, tomando-



os como exemplos destinados a intimidar os paranaenses. Foi assim que uma notícia proveniente de Salvador, na Bahia, dando conta de uma *“forte campanha de repressão ao boato”*, chegou ao *“triângulo social constituído pelos três cafés da rua 15”*, onde era possível encontrar *“os caras, inevitavelmente, sempre nas mesmas mesas, cochichando, segregando, espalhando o veneno”* (15). Por certo, eram nesses “cafés” que o jornal recolhia subsídios para preparar e distribuir o seu “veneno”!

David Carneiro corrobora a nossa tese quando escreve que

*“a tesoura simbólica com que cortam e atarralham as reputações alheias dos freqüentadores assíduos das mesas dos cafés da rua XV de Novembro de Curitiba, é exatamente igual e não menos afiada do que a dos seus colegas da rua XV de Novembro em Paranaguá ou em Ponta Grossa (...)”*.

Seu discurso sobre “a maledicência dos cafés” é o testemunho dos sentimentos de repulsa que os paranaenses cultivavam com relação aos “adventícios”, isto é, aqueles provenientes de outros estados e que, no Paraná, atuavam, sobretudo, à frente de cargos públicos (16). Encontramo-nos diante da questão da reserva de mercado de trabalho.

O caso ocorrido em um hotel de Curitiba, onde um oficial do C.P.O.R. teria comentado, perante outros hóspedes,

*“que o norte do Brasil deveria pertencer à África, pois o clima é idêntico e pelo fato de ali somente existirem negros”, “que o sul do país deveria pertencer à Argentina” e que “entre o Brasil e a Alemanha preferia a Alemanha, pois no exército nazista não há negros nem incompetentes”* (17)

é prova cabal de que o **Diário da Tarde** valia-se de boateiros “quinta-colunistas” para elevar à condição de fato “verdadeiro” e digno de repulsa meras conversas, transformando-as em argumentos anti-patrióticos, numa tarefa própria dos “quinta-colunistas”.

Neste ambiente, onde a prisão arbitrária tornava-se cada vez

mais freqüente, prendiam-se pessoas sem a menor razão ou por motivos fúteis. Bastava uma simples denúncia para legitimar a política de repressão, aperfeiçoada, no Paraná, com a criação do Departamento de Atividades Anti-Brasileiras, vinculado à DOPS, e dirigido pelo bacharel Valfrido Piloto. Com isto, a vigilância sobre os estrangeiros intensificou-se, enquanto a repressão criou um clima de terrorismo indispensável à intimidação, clima este sentido pelo próprio **Diário da Tarde**, que teve alguns cartazes, com “notícias de última hora” sobre Hitler, rasgados por supostos “quinta-columistas” (18). Porém, amparado pelas “classes conservadoras” curitibanas, prosseguiu, incansável, na sua luta contra os “inimigos da pátria”.

As chamadas “forças do mal” eram combatidas, no Paraná, pelo menos desde 1900, quando Romário Martins, no livro: *O Paraná Antigo e Moderno*, fez menção ao “problema do perigo resultante do imperialismo alemão” (19). Assim, ao final dos anos 30 e início da década de 40, no momento em que essas “forças” passam a ser efetivamente vigiadas, conta-se, sobretudo, com a ajuda desse pensar do passado (20), atualizado à luz dos relatos publicados em periódicos. O próprio Romário Martins é quem prefacia a separata do jornal **O Dia** editado sob o título: *Hitler guerreia o Brasil há dez anos. A Infame Trama Nazista no Paraná*. Cabe lembrar que Romário aliava-se neste empreendimento ao seu irmão Mário, redator do jornal carioca *O Radical*. Ambos posicionavam-se contra as “bizarras populações” vindas da Europa e que aqui formavam “um povo estranho, com duas pátrias, como Jano, de duplo rosto” (21).

Nos discursos dos intelectuais envolvidos, de alguma maneira, com a repressão, a aversão aos estrangeiros é amenizada por uma postura de tolerância, explícita em textos como este: “*Não somos, em absoluto, contra a política de portas abertas a todos os estrangeiros que desejem vir a nossas glebas, viver uma vida melhor e ajudar-nos a construir a nossa nacionalidade*”.

Porém, esta tolerância condicionava-se a objetivos bem claros: “*(...) Mas é preciso que demos assistência cultural e social ao imigrante que por aqui aporta, para que possamos radicá-lo ao nosso meio*”.



*e convertê-lo em colaborador eficiente da nossa economia” (22).*

A questão, portanto, é a maneira pela qual se tenta concretizar essa colaboração, já pensada, em 1906, por Sílvio Romero, visto, em 1937, como “*um dos maiores sociólogos e dos mais argutos críticos brasileiros*” (23). Com relação aos alemães, Romero, que temia, inclusive, a perda das terras do sul, chegou a propor a proibição de grandes compras de terrenos pelos sindicatos alemães, medida que permitiria impedir a união das colônias. Recomendou, ainda, o escritor sergipano o cerceamento da língua alemã e o aprendizado forçado da portuguesa, através das escolas primárias e secundárias (24).

É bem verdade que, ainda na primeira década deste século, Sílvio Romero encontrou, no Paraná, resistências às suas concepções. Lembramos o escritor Alcides Munhoz, o qual se opôs, fundamentalmente, à noção de periculosidade dada ao estrangeiro aqui radicado. Para ele, neste estado, “o ardor latino” já se fazia sentir, sendo tudo apenas uma questão de tempo (25). Contestado por Arthur Guimarães, discípulo de Romero, que insistia na faceta de conquistador do alemão (26), Munhoz defendeu-se apregoando o caráter extravagante e pessimista das idéias do mestre sergipano, ressaltando a importância do alemão para a formação de nossa “*futura nacionalização*”. A lucidez do intelectual paranaense, não obstante algumas restrições que podem ser dirigidas aos seus argumentos, merece ser destacada, tendo em vista o contexto “*estadonovista*” aqui estudado. É uma pena que os agentes repressores abordados neste estudo, inclusive seu filho Laertes Munhoz, não tenham ouvido o seu apelo: “*Ora, Sr. Sílvio, pelo amor de Deus, isto é uma nuvem que está diante dos seus olhos, não é Juno, não lhe dê combate*” (27). Juno, contudo, cedo ganhou forma e fertilidade. Interpretando à sua maneira a documentação oficial expedida pelos agentes governamentais, a intelectualidade paranaense foi à guerra. Vejamos as suas armas. Nos anos seguintes, Sílvio Romero dividiu seu alerta com relação ao “perigo” alemão com Alberto Torres e Graça Aranha. O primeiro, preocupado com a tarefa de encontrar, como demonstrou Adalberto Marson, “*um método e uma teoria adequada à realidade nacional*” (28), refere-se aos alemães lamentando o abandono de suas atividades agrárias, o que poderia acarretar graves problemas,



pois os nacionais teriam que lutar, cada vez mais, com crescentes “*ambições na esfera da política e do comércio*” (29). O segundo, mais atemorizado diante do ingresso do Brasil no conflito mundial -fato que apoiava-, advertia que:

*“Terminada a guerra européia, os alemães viriam em ondas e ondas sucessivas ao Brasil, e se espraíariam pela terra a dentro, numa ameaça, mais do que nunca, de avassalamento do nosso país e de dominação financeira e econômica”* (30).

O Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, Capitão Ratton, ao prefaciá-lo, em 1943, **O Punhal Nazista no Coração do Brasil**, obra editada pelo DOPS local, acompanhou o autor de **Canaã** na tarefa de propagar, no Brasil, as idéias do francês Chèradame sobre “*o sinistro plano imperialista alemão*”. Ambos endossavam o pensamento oficial brasileiro, tal como este se configurou na emissão pelo Governo Federal, de instruções, resoluções e decretos destinados a cercear as atividades comerciais germânicas no Brasil (31).

No Paraná, temos relatos sobre perseguições contra alemães desde a 1ª Grande Guerra. Bernardo Schulmann, de origem judaica, lembra a atuação do bacharel mulato Pâmphilo de Assumpção, na defesa de “hostilidades e calúnias” levantadas contra a colônia teuta (32).

No relatório da Comissão de Nacionalização de outubro de 1940, são mencionadas as obras de Sílvio Romero e Alberto Torres. Nelas podiam ser encontradas “referências esparsas” ao “perigo” alemão (33). Foi o que constatamos. Entendemos que o destaque dado, ao final dos anos 30, a ambos os autores, deve-se às suas observações sobre a exclusividade da língua nacional em todas as escolas primárias do país, como recomenda o relatório, e, também, ao alerta contra a ingerência de estrangeiros no que tange ao mando na esfera da política e do comércio.

Os bacharéis paranaenses já estavam familiarizados com as teses dos dois pensadores. Hostílio de Araújo e Arthur Santos, por exemplo, durante a “Campanha contra os assírios”, deixam claro o

conhecimento das teses de Alberto Torres, enquanto Homero de Barros, Carlos de Brito Pereira e o mesmo Arthur Santos atestam a leitura de Oliveira Viana, bem antes do início da campanha de nacionalização (34). Prontificavam-se, assim, a colocar em prática o projeto deste último, que consistia na aplicação de “um processo educativo severo”, capaz de igualar “o nosso homem” ao oriundo da forte raça germânica (35).

Neste contexto, Homero de Barros, aproximando-se do ponto de vista do seu conterrâneo Alcides Munhoz, parece ser o único a defender a imigração alemã, apoiado em Oliveira Viana e Alfredo Ellis Jr. Para ele, curiosamente,

*“O Brasil de amanhã, dado o considerado coeficiente de crescimento da população no sul, emergirá dos Estados meridionais como um povo revigorado e poderoso, oriundo de caldeamento do tipo brasileiro com o grande pecúlio étnico que a Germânia nos deu (...)”* (36).

Outros intelectuais se manifestaram em épocas distintas com relação à questão alemã. Davi Carneiro identificou-se com Romário Martins, defendendo a herança dos nossos colonizadores:

*“Maldizendo o português, menosprezando a nossa raça de origem, enquanto o emigrante alemão, polonês e italiano mantêm (sempre mantiveram) a ligação metropolitana. Isto nos inferioriza, porque não podemos, paranaenses de sangue luso-índio, opor cultura que seja superior à cultura de que os imigrantes ou seus descendentes se pudessem jactar (...)”*.

Tentando construir o culto de algo que concebia como passível de ser assimilado como tradição local, David Carneiro fez restrições ao alemão e ao polonês, preservando o italiano e o sírio (37). O “italiano”, talvez, por sua origem latina e sua adaptabilidade às exigências da lavoura paulista e o sírio por razões, provavelmente, de foro íntimo.

A historiografia regional paranaense, da qual David Carneiro é um exemplo típico, oscila entre prós e contras aos alemães. Wilson Martins e Temístocles Linhares, na década de 50, refutam “o perigo” alemão. Para o primeiro: *“O quisto e o espião não existem, salvo casos individuais, condenados pelos próprios brasileiros descendentes de estrangeiros - a não ser na imaginação exaltada dos patriotas (...)”*, enquanto que para o segundo:

*“o alemão continuou cem por cento alemão até o dia em que perdeu a guerra. Se a primeira Grande Guerra não foi suficiente para convencê-lo da derrota, a segunda o foi. E o alemão desde logo começou a mudar, dispondo-se de boa vontade a se integrar na sociedade brasileira, desejando ser útil à sua nova pátria (...)”* (38).

Quanto à historiografia nacional, predomina a noção de “perigo”. De Levine a Gertz, passando por Schwartzman e outros, os alemães surgem na história do Brasil contemporâneo como grupo alienígena perseguido, a todo custo, pelos agentes locais do Estado repressor (39). É o peso da Memória coletiva soterrando a História; é a leitura ao pé da letra da documentação oficial e oficiosa; é, enfim, a ânsia de dividir o espólio do passado entre vencidos e vencedores, entre oprimidos e opressores. Sob tais óticas, torna-se praticamente inatingível o encontro do ponto de intersecção entre a Memória e a História, sinal evidente da possibilidade de aproximação com o real, sonho de todo o historiador.

Gilberto Freyre é quem, em nossa opinião, melhor captou o caminho que conduz a esse “ponto”. Causa estranheza o silêncio que paira sobre seus textos, onde a questão do alemão, visto como nazista, é abordada sob a ótica da “teoria” da cultura luso-brasileira. Para Freyre, empenhado em questionar o geógrafo alemão Reinhard Maack, radicado no Paraná, o problema, no início dos anos 40, resumia-se no seguinte: “centenas de milhares de brasileiros” com ascendência germânica, plenamente integrados aos valores nacionais e uma “pequena ínfima minoria” propensa à agitação. Com uma grande sensibilidade dos temas polêmicos da época, o sociólogo de Apicucos



classificou esse “punhado” de seguidores de Hitler, que tinham à frente Maack, de quinta-colunistas, expressão que, ao longo da década de 40, foi se generalizando a ponto de receber, em 1950, de Lourival Fontes a seguinte explicação:

*“A quinta-coluna é hoje uma arte, uma ciência, um método, um plano, uma técnica, um sistema, uma prática, um processo, uma máquina política em movimento e um estado maior de gangsters, malfetores, terroristas, espões, salteadores e sabotadores”* (40).

Na documentação oficial, como vimos, os agentes consulares encabeçam a lista dos “inimigos da pátria”. O **Diário da Tarde** chegou a criar, para dar sustentação aos relatos colhidos em outros Estados, um litígio com o consulado alemão de Curitiba, a propósito de um mapa da parte sul do Brasil. De acordo com o diplomata, este trazia indicações que serviriam para informar e orientar comerciantes aqui estabelecidos e prováveis imigrantes. Para o jornal, entretanto, o mapa relacionava-se com as atividades de espionagem, já antigas no Brasil, e desenvolvidas “à sombra de nossa boa fé e hospitalidade”. Para reforçar suas denúncias, o **Diário** chegou a transcrever o depoimento de um “agente nazista”, anteriormente agregado àquele consulado, e onde são mencionadas algumas atribuições, no Brasil, do N.S.D.A.P. (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) (41), dando à sua manchete um subtítulo com forte apelo à difusão de um “clima de terror”. As chamadas aos leitores, sempre de cunho sensacionalista, eram acompanhadas de relatos pertinentes a investigações promovidas em todo o país. Expressões como “espião”, “articuladores de espionagem”, “trama nazista” e “complô germânico” (42), aliadas às derivadas do “quinta-colunismo”, são repetidas com o intento de integrá-las ao vocabulário dos que liam, trocavam idéias, transmitiam informações e davam, sob provocação do jornal, a cada caso isolado, a dimensão de uma catástrofe quase inevitável.

Ilustra a nossa tese o incidente que envolveu a sociedade cultural “Pró-Arte”, e que se estendeu de 1939 a 1942. Anunciando “*revelações sensacionais*”, o **Diário da Tarde** referiu-se àquela

sociedade, empenhada em realizar uma “aproximação cultural entre todos os Estados do Brasil”, como nazista, exigindo sua imediata nacionalização. Tomou como base para sua denúncia um artigo publicado na Revista Diretrizes, por Carlos Lacerda, o qual teria se referido à infiltração alemã no processo eleitoral, que daria uma nova diretoria à sociedade. A acusação do jornalista carioca recaía sobre o historiador Max Fleiuss, membro proeminente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pessoa escolhida pelos nazistas para dirigir a Pró-Arte: na defesa desta sociedade destacou-se a “dama de romance” Maria Amélia de Rezende Martins, uma das diretoras dessa instituição, e que, segundo o jornal, visitava, mensalmente, Curitiba, “*sempre muito chic: viajando pelo ar, usando magníficos perfumes, conquistando novos sócios para a Pró-Arte*”. Esta senhora, por carta e pessoalmente, utilizou como principal argumento de defesa o caráter genuinamente brasileiro da associação. De nada adiantou sua atitude. Três anos depois, o **Diário da Tarde** voltou à carga, desta vez ainda mais implacável, explorando sua “fuga” para a Argentina como decorrente da descoberta de uma “vasta organização de espionagem nazista no país”. Neste momento, o jornal relembrou suas “antigas suspeitas”, divulgando sua versão sobre uma visita daquela senhora à redação, dando-lhe, mais uma vez, a conotação de espiã fingida e finalmente desmascarada.

*“Ela apenas lera o título da reportagem no cartaz, invadiu a nossa redação, desesperada. Estava nervosa que chegamos a ficar penalizados. Queria a todo transe que suspendêssemos a publicação, pois o jornal ainda não havia sido impresso. A encenação fora perfeita e a dialética impressionante. Contudo, de nada valeram seus rogos e implorações. A reportagem saiu mesmo”.*

Este mesmo incidente permite-nos conhecer, bem de perto, a intensidade e os objetivos da campanha repressiva movida pelo **Diário da Tarde**. A “fuga” da “paulista de quatrocentos anos”, D. Maria Amélia, é comemorada com a reportagem de título: “*Antigas Suspeitas Que Se Confirmam*” (43). Ao mesmo tempo em que se mostra aos paranaenses como órgão de seriedade indiscutível, trabalha para



conquistar, no seio da sociedade, outros leitores, invadindo a privacidade dos acusados, denunciando-os como traidores perniciosos aos bons costumes.

A campanha do **Diário da Tarde** incitava o êxodo dos adversários. Em 1939, o jornal não se intimidou em anunciar que “*numerosos alemães estavam se preparando para abandonar Curitiba com destino à sua terra natal*” (44). Neste ano, proliferaram as manchetes que aliam o nazismo e o fascismo ao integralismo. Para aniquilar esta “trindade maldita” preconizava intenso combate “*de vez que entre uns e outros não se podia fazer qualquer distinção, no tocante à nefasta ação política em nosso país, quer como boateiros, simples ‘quintacolumnistas’, espíões ou traidores da sua própria pátria*” (45). Segundo um articulista anônimo, o jornal possuía mais de uma centena de informações, envolvendo adeptos dessa “trindade”, mas, no sentido de preservar “os interesses patrióticos”, preferia silenciar. Praticando uma espécie de auto-censura, alegava aguardar a divulgação, em nível nacional, dos fatos, para, enfim, torná-los públicos (46). Assim teria agido com os incidentes relativos ao mapa que cobria o sul do Brasil e a “Pró-Arte”.

Quanto aos professores, mencionados no Relatório da Comissão de Nacionalização como uma das “categorias” de “inimigos da pátria”, é oportuno lembrar o caso do professor do Colégio Progresso de Curitiba, Ivo Scheil, acusado, pelo jornal **O Dia** de pregar “ideologias estranhas”. **O Diário da Tarde**, apesar de ostentar a manchete: “*Sempre foi Inimigo do Nazismo*”, não acrescentou sequer uma linha à carta de defesa enviada pelo diretor do mesmo colégio, Fernando Moreira. Concedia, assim, direito de resposta a uma pessoa atacada por um concorrente, sem, contudo, apoiar o texto de repúdio à denúncia. O jornal não via com bons olhos os estrangeiros dedicados ao ensino. Quando a Associação de Professores Poloneses foi alvo de perseguições, opinou com veemência: “*O Brasil é dos brasileiros e aqueles que não estiverem contentes com isso, que vão dando fora, rumo aos seus paraísos*” (47). Procurava preservar para as “classes conservadoras” o “Paráiso Roxo”.



O texto “Alemão até a Medula”, publicado em 1943, sob o pseudônimo de Partênio, vem confirmar a hipótese de que os setores mais representativos da intelectualidade paranaense não mediram esforços na tarefa de repassar os valores que julgavam adequados ao resguardo dos seus privilégios. Trata-se de uma narrativa sobre um episódio fictício, ocorrido durante uma viagem onde teriam se encontrado dois homens:

*“O viajante sentado perto da janela era tipo perfeito de tão apregoadado arianismo: louro, branco de pele, de olhos azuis, alto, forte, robusto. Seu vizinho era moreno, franzino, de olhos pretos penetrantes, de estatura abaixo da média. Era tipo de caboclo polido pela inteligência intata e pela educação”.*

No diálogo entre o engenheiro “alemão”, nascido no Brasil, e o inspetor escolar “caboclo” predominam agressões mútuas. O primeiro argumentou:

*“Quer ver até que ponto sou alemão? Se chegasse um dia à minha casa o próprio Jesus Cristo, tendo eu certeza absoluta da sua identidade; mas se ele pedisse pouso em língua francesa ou polaca -línguas dos povos que eu detesto-, eu o tocara da porta a mais vigorosos pontapés. Mas se chegasse à minha casa o célebre Judas traidor, conhecendo eu que seria capaz de me trair, mas se ele falasse comigo pedindo descanso em língua de minha mãe, eu o acolheria como irmão de sangue meu”.*

E o segundo, replicou, após matutar um pouco: *“É loucura do tempo que atravessamos. Mas para não lhe ficar devendo posso dizer: Se me fosse preciso escolher homem de confiança entre o Sr. e o Lampião, não hesitaria nenhum momento: abraçaria Lampião!”*

Esta narrativa, porém, encerra uma “lição de brasilidade”, na medida em que o “caboclo”, apesar de sua acanhada constituição física, da cor de sua pele e de sua profissão, posiciona-se com relação à superioridade do “brasileiro”, corporificada na figura de Lampião, o

qual, diante da suposição de um conflito aberto entre Alemanha e Brasil, não se recusaria, segundo o inspetor escolar, a participar da luta. Assim, lucrariam muito mais os “brasileiros” confiando a condução e a defesa do seu país a homens que possuíam uma só pátria. Para o leitor ficava a mensagem de que os “nascidos aqui, mas que rezam a um Deus distante e estranho” seriam, em qualquer circunstância, prejudiciais aos interesses nacionais. Como se vê, o **Diário da Tarde** criava, quase diariamente, um batalhão de Judas (48). Quem deixaria de olhar com desconfiança um descendente de estrangeiros após tomar conhecimento deste texto?

Ao valorizar o “caboclo” com inteligência acima da média do intelectual, que se escondia por detrás de Partênio, parece depositar suas esperanças, no que tange à questão racial, na submissão dos “loiros” ao “morenos”. Talvez este imaginativo narrador tivesse como livro de cabeceira Oliveira Viana, que não se cansou, nos anos 20, de clamar em favor dos mestiços de tipo superior, aqueles que, *“humilhados pela subalternidade em que vivem, reagem, entreabrindo a sua emotividade em flores encantadoras de poesia ou de eloquência”* (49). Por outro lado, devemos admitir que nos encontramos perante um texto que espelha a gradativa assimilação, no Paraná, das teses de Gilberto Freyre. A aceitação do ponto de vista de que vivemos uma “democracia racial”, verificar-se-á nos anos imediatos. É na década de 50, que Bento Munhoz da Rocha Netto admite a existência de uma “mancha loira” no sul do Brasil, “mancha” esta, cujos componentes cultivavam o sentimento de que sua “brasilidade” era contestada. Porém, acreditava o escritor, tal problema seria solucionado, a longo prazo, através do processo de homogeneização pela miscigenação (50).

Não resta dúvida de que a perseguição e a conseqüente repressão não visaram elementos de nacionalidades específicas, o que exclui, de antemão, a tese de uma postura exclusivamente racista por parte da elite intelectual paranaense. Outros interesses estavam em jogo. O combate aos japoneses, por exemplo, insere-se neste contexto onde o oportunismo apresenta-se como elemento condutor do processo de intimidação. Até mesmo um “Intelligence Service” foi instituído pelo **Diário da Tarde** para tentar desvendar casos de “espionagem

internacional”. O conceito de “quinta-colunas” foi, assim, estendido aos japoneses. Em entrevista ao periódico carioca **O Jornal**, o secretário da Fazenda do Paraná, João de Oliveira Franco, discorreu, pouco antes do final da gestão de Manoel Ribas, sobre as providências tomadas pelo Interventor, no sentido de evitar “predominância de uma só raça nas zonas coloniais”, dando os seguintes números referentes à região cafeeira do estado: 60% de brasileiros, sendo os 40% restantes divididos em 803 italianos, 548 japoneses, 241 espanhóis, 218 portugueses e apenas 96 alemães. Havia, ainda, em menor número, sírios, ingleses e membros de outras nacionalidades. A este quadro, apresentado para comprovar a ação fiscalizadora de Ribas, foram acrescentadas considerações sobre a “quinta-coluna”, alvo de “constante e previdente” vigilância. Estamos em 1942 e o “perigo” para o **Diário da Tarde** é, também, o japonês, como demonstra uma notícia sobre as atividades “nazifascistas” do Japão em São Paulo (51).

O agrupamento japonês da região de Registro (SP) é, então, tomado como exemplo para o controle de Assaí (PR). Em ambas, proliferavam os “amarelos traidores”. Digno de menção é o relato do incidente que envolveu um brasileiro e um nipônico naquela cidade do norte do Paraná. Segundo o **Diário da Tarde**, movido pela inveja, um “arrogante nipo” chegou a expulsar de uma propriedade rural um “brioso patricio”, que, mesmo tendo recorrido à justiça, não teria conseguido reaver suas terras. Para o articulista, “Assaí era um perigoso quisto nipônico encravado no Paraná. É um Estado no Estado”. Sempre no intuito de levantar suspeitas junto aos leitores, o jornal colecionava casos. Louvava a ação da Delegacia de Ordem Política e Social e comemorava a apreensão do que concebia como material subversivo.

Um destes casos deve ser mencionado por permitir avaliar até onde ia a imaginação perversa dos redatores do jornal. No ano de 1944, em Santa Mariana, distrito da cidade de Bandeirantes (PR), o nipônico Bungi Tadano teria visitado outro “amarelo” para lhe propor a destruição de sua cultura de amoras, pois, com a sua produção, estava auxiliando o esforço de guerra contra o Japão. A seda transformada em pára-quadras poderia, um dia, descer sobre as colônias do “Dai-Nipon”. Diante da recusa do sitiante, Tadano e seus comparsas



teriam iniciado uma guerra de nervos. O **Diário da Tarde**, no que qualificou com um “furo de reportagem”, revelou aos seus leitores que “um casal misterioso” deu cobertura a Tadano para que este arrancasse as mudas. Comemorando a prisão e a condenação do mesmo, o articulista do jornal concluiu seu relato lembrando que os “amarelos” eram perniciosos “até para os homens de sua raça” (52).

A perseguição aos japoneses não atingiu a intensidade daquela movida contra os alemães, em razão, provavelmente, dos primeiros não se constituírem em possíveis competidores das “classes conservadoras”. Estabelecidos nas zonas rurais e controlados de perto pelas autoridades, tinham poucas chances, neste final da década de 30 e início dos anos 40, de ascender socialmente. Segundo Alcir Lenharo, recaiu sobre o japonês “*o ônus da irracionalidade racista e nacionalista*”. Concordamos, parcialmente, com esta afirmativa. O caso do Paraná revela que o racismo, quando presente ao nível do discurso, apresenta-se subordinado a um propósito maior, qual seja, a manutenção dos privilégios desfrutados por essas “classes”. Sob essa perspectiva é que deve ser pensada “a teoria conspiratória”, da qual fala Lenharo, e que, ao pregar a “transgressão da memória oficializada” apega-se a essa mesma “memória”, enfatizando o preconceito racial - uma preocupação contemporânea que norteou sua leitura da documentação oficial (53).

A elite paranaense, porém, não se deixou iludir pela circunstancial estagnação social dos “amarelos”; combateu-os, de maneira esporádica, mas com rigor, fazendo uso das práticas que já lhe era habitual. Reforça esta nossa tese um artigo do **Diário da Tarde**, onde é abordada a questão da disputa pelo mercado de trabalho entre nacionais e estrangeiros. O repúdio aos filhos de outras terras aqui chegados para “fazer o Brasil” é assim justificado: “(...) *o Brasil necessita muito de gente. Mas reclama mais propriamente braços, que cérebros, mais trabalhadores rurais, que funcionários, bancários, industriários e comerciários*” (54). Esta postura talvez explique a quase ausência de uma documentação de natureza repressiva contra os italianos, os quais, no Paraná, ao contrário de São Paulo, não teriam disputado, ao tempo do Estado Novo, a partilha do espaço e de seus fins lucrativos.

Temos, portanto, continuamente, através do **Diário da Tarde**, as “classes conservadoras” falando em nome de seus pares e subalternos imediatos, aqueles que instrumentalizavam suas concepções. Um regionalismo acanhado ganhou forma e consistência graças a “**homens de pensamento**” que, a qualquer custo, não abdicavam do controle estatal, estendendo suas garras por todo o “Paraíso Roxo” com o pretexto de ir “à caça de alienígenas” e “adventícios”.

Durante o Estado Novo, a alta hierarquia da Igreja Católica manteve-se coesa, colaborando com o regime recém-constituído (55). No Paraná, destacou-se o arcebispo Dom Ático da Rocha, que enfrentou, com diplomacia, os conflitos decorrentes da campanha de nacionalização, como os que envolveram padres estrangeiros. O Decreto-Lei nº 1545, de 25 de agosto de 1939, ao lançar um interdito sobre os certos espaços de atuação da igreja, trouxe à tona a questão dos sacerdotes estrangeiros, ora proibidos de efetuar celebrações e sermões em suas línguas de origens (56).

Segundo o **Diário da Tarde**, a execução deste Decreto-Lei, expedido pela Comissão de Estado de Guerra, encontrou dificuldades no Paraná. No sentido de colaborar para a superação dessas dificuldades, o jornal, como de hábito, intensificou a caça aos chamados “*adversários da brasilidade*”, apelando sempre aos chefes militares que interferissem com vistas à aplicação da legislação e conseqüente prisão dos acusados (57).

Alguns episódios relatados durante o período que se estende de 1937 a 1943 insinuam práticas subversivas por parte de padres alemães, poloneses, ucranianos e italianos. Constituem-se em mais uma prova evidente de que o **Diário da Tarde** teve papel relevante na condução do processo repressivo. São manchetes destinadas, de antemão, a provocar, junto aos leitores, instintos de repúdio e desejos de denúncia. O incidente ocorrido em fins de 1938, na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, no centro de Curitiba, forneceu-nos uma idéia bastante aproximada da atuação do jornal. Uma prédica feita por um padre franciscano no idioma de Goethe acabou originando uma série de reportagens, motivadas, de acordo com o jornal, pelos



protestos de alguns fiéis. O reitor daquela Ordem, coincidentemente o autor da prédica, alegou que sua atitude correspondia aos anseios dos frequentadores da missa e que, durante a celebração, apenas meia dúzia de mulheres, dirigidas por um homem, haviam interrompido a oração, abafando-a com preces em português. O restante dos fiéis teria desaprovado a conduta do grupo. Reforçando seus argumentos, declarou que *“familias brasileiras de renome”* já estavam habituadas a assistir a santa missa proferida em língua alemã; nunca a Igreja da Ordem sofrera restrições.

O jornal, contudo, não se deu por vencido, chegando a publicar uma carta com violentas acusações aos sacerdotes alemães. *“Se houve no incidente de domingo profanação da Igreja, não foi por parte da assistência e sim do próprio frade em provocar o incidente com sua teimosia”*, escreveu o leitor João Herculano Martins Franco. Uma nova ocorrência daria ao **Diário da Tarde** maior margem de combate. Desta vez um grupo de senhoras chegou a dirigir-se ao comandante da 5ª Região Militar solicitando providências. Um “católico de velha cepa”, o mesmo Martins Franco voltou às páginas do jornal para contestar a posse da Igreja da Ordem, afirmando que ela pertencia aos curitibanos e não aos franciscanos alemães, contestando, assim, uma doação do início do século XVIII:

*“Ao tão ilustre, quão preclaro Sr. Arcebispo D. Ático Euzébio da Rocha, cabe, pois, entregar essa igreja a padres brasileiros que saibam colocar os deveres sacerdotais acima de paixões políticas e também saibam respeitar e honrar nossas tradições”* (58).

O arcebispo, anos depois integrado à Liga de Defesa Nacional, não se fez de rogado: *“Ninguém é mais patriota do que eu”*, afirmou ao **Diário da Tarde**. O incidente da Igreja da Ordem foi visto como um caso isolado, já que *“nos púlpitos desta arquidiocese, prega-se a religião, a fé, enfim os ensinamentos do cristianismo. Usá-los para outros fins será profanar os tempos”*.

D. Ático, maior autoridade da igreja católica paranaense, contemporizava, mas, no fundo, endossava as medidas tomadas pelas

autoridades militares, que tinham todo o apoio da imprensa e do alto clero nacional. Temia, ainda, o agravamento do problema, que poderia fugir ao seu controle. A estratégia por ele adotada era não se indispor com autoridades civis, militares e eclesiásticas. O problema estava ocorrendo também no interior do estado, onde a presença dos padres estrangeiros era significativa, bem como nos estados vizinhos, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em Foz do Iguaçu (PR), um padre alemão chegou a ser preso e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, por exercer “*perniciosa influência doutrinária nos meios brasileiros de origem germânica*”. Os leitores do **Diário da Tarde** receberam a informação de que “*o quinta-coluna rezava pelo catolicismo de Hitler*”. O mesmo ocorreu no bispado de Ponta Grossa, precisamente na Colônia Virmond, onde um sacerdote teria feito uso do púlpito para “*defender o paganismo nazista*”. Este elenco de “colunas avançadas” servia de estímulo aos redatores do **Diário da Tarde**, que assim se justificavam:

*“Explicamo-lo não por sectarismos religiosos ou coisa que o valham, mas para prevenir o povo, o grande interessado, contra certos indivíduos que, desprezando a religião sacrilegamente, usam-na para fins reconhecida-mente políticos, pisoteando como bárbaros hunos tudo o que há de mais sagrado e sublime no mundo e constituindo-se em colunas avançadas do exército invasor” (59).*

Enquanto a região fronteira do oeste ocupava as manchetes dos jornais com seus sacerdotes alemães quinta-colunistas, outras áreas do estado com padres poloneses, ucranianos e italianos eram também visadas. O sacerdote polonês José Adamczvski foi preso três vezes em Curitiba sob acusações divulgadas pelo **Diário da Tarde**. Este pedia o seu banimento para os estados do norte do país, pois sua obra de “lesa pátria” merecia uma “repressão radical”. Convidado a se pronunciar, o arcebispo D. Ático declarou ao jornal que o sacerdote não pertencia à Igreja Católica Romana e sim à Igreja Nacionalista da Polônia, sediada em Varsóvia. Conseqüentemente, explicou D. Ático,



a Igreja Romana não o reconhecia como ministro de Deus (60). Uma saída política como muitas a que se viu obrigado a praticar diante do clima de terror instaurado e incentivado pela imprensa. Em Mallet (PR), foi também detido o sacerdote polonês Tadeu Madef, previamente advertido pelo delegado da Junta de Recrutamento Militar, em razão da obrigatoriedade do uso do idioma nacional durante os sermões. Punição semelhante mereceram três padres ucranianos em Prudentópolis-PR (61). Depoimentos orais obtidos junto aos familiares dos envolvidos revelam o ambiente de intolerância incitado na época. A velada disputa entre sacerdotes nacionais e estrangeiros, ambos preocupados em preservar seus espaços no âmbito pastoral, acobertava-se sob a legislação que impunha restrições às prédicas (62).

Nem mesmo missionários norte-americanos, os quais deveriam se alojar nos sertões brasileiros, foram poupados pelo **Diário da Tarde**, que ousou tratar até mesmo da obra de catequese estrangeira, vista como um prejuízo grave para a formação da unidade nacional (63). Relatos como este funcionavam, apenas, como um reforço aos que, habitualmente publicados, exigiam drásticas soluções. Parece esboçar-se no Paraná, durante o Estado Novo e até antes de sua implantação, um nacionalismo de objetivos bem definidos, estreito em suas proposições e largo nas suas decisões, na medida em que eram salvaguardados, em quaisquer circunstâncias, os interesses locais, corporificados, como demonstramos, em uma ação conjunta com os setores médios da população, dentre os quais deve ser incluída a Igreja e seus prepostos.

Por razões desconhecidas, Rene Gertz excluiu o Paraná de seu estudo *“O Fascismo no Sul do Brasil”*. Assim, o capítulo IV, sob o título: *“O Integralismo e as Terras no Sul do Brasil”*, é construído com base em dados empíricos pertinentes aos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nestes locais, as atividades da Ação Integralista Brasileira teriam sido monumentais, sobretudo graças à conquista de adeptos nas regiões de colonização alemã e italiana. O que nos parece relevante neste autor é o pressuposto de que *“para quem pretenda inspirar o regime varguista para um alinhamento com as potências aliadas não interessa fazer distinção entre nazismo, germanismo e integralismo”*, pressuposto este, contudo, que



permaneceu inexplorado no citado capítulo, bem como no livro como um todo (64). É, justamente, esta analogia entre estes três “credos”, que constatamos junto ao **Diário da Tarde** e autores contemporâneos como Aurélio Silva Py, Antônio Carlos Mourão Raton e Valfrido Piloto, todos delegados da DOPS em seus respectivos estados, isto é, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Não podemos, portanto, desprezá-la sob pena de colocar em risco a análise do processo intimidatório e repressivo.

Podemos alocar na categoria “agitadores”, mencionada no Relatório da Comissão de Nacionalização, os integralistas. Roberto Barrozo, chefe, em 1937, da Polícia paranaense, foi explícito ao afirmar que: *“Examinando a situação dos dirigentes da Ação Integralista Brasileira do Paraná percebe-se o seu intento de agitar a opinião pública, desmoralizar o princípio de autoridade e concorrer para a alteração da ordem; efetivamente”* (65). Neste caso, não se tratava de agitadores isolados ou porta-vozes de pessoas interessadas em usar como álibi para a denúncia o fato do desafeto ser de nacionalidade estrangeira. Falava-se de uma “agremiação”, cujos membros tomavam conta das ruas, pregando cartazes, usando microfones para difundir sua mensagem, enfim, fardando-se com a famosa camisa verde. Lidava-se com um tipo específico de “quinta-colunista” que jamais atuava sozinho, isto é, tinha um dirigente estadual -o bacharel e professor da Universidade do Paraná Manoel Basseto Vieira de Alencar- e um projeto político (66). Tais características -é preciso admitir- davam aos integralistas um destaque peculiar no rol dos chamados “agitadores”.

Meses antes da intentona integralista, a Polícia do Paraná já agia no sentido de conter atos *“de rebeldia à ordem legal”*. Uma das medidas mais curiosas foi a proibição do uso da camisa verde, sem paletó, bem como o porte de distintivos de quaisquer partidos políticos que não fossem próprios ao uso na lapela. Com relação à camisa verde, houve uma batalha judicial. Inconformado, Vieira de Alencar impetrou um mandado de segurança.

Na informação prestada por Roberto Barrozo à Egrégia Corte de Apelação é levantada a ilegitimidade do mandado com base no fato

da Ação Integralista Brasileira não ter provado sua existência como sociedade civil. Além disso, segundo o Chefe de Polícia, não se distinguiria quais os cidadãos atingidos pelo benefício judicial que liberaria o uso da camisa verde. “Excessos”, enfim, não podiam ser permitidos:

*“No Paraná efetuavam passeatas pelas principais artérias da capital, seguidas de auto-ambulância e médicos de serviço. No Passeio Público levavam a efeito exercícios ou volteios militares (...). em Areia Branca, Município da Lapa, a Ação Integralista promoveu uma concentração de filiados convocados de vários municípios deste Estado. Aqui, como no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, integralistas têm tentado perturbar e mesmo perturbado sessões organizadas por outros grupos, sem pouparem os recintos augustos da nossa Universidade (...). Cartazes expostos na rua 15 de novembro, desta Capital, tiveram de ser retirados mais de uma vez, pela Polícia Civil, devido à linguagem violenta contra o regime, despertando questões de ideologia, de religião e de raça” (67).*

Urgia reagir contra as “*almas diabólicas*” agrupadas nas fileiras do Sigma. Assim, neste mesmo ano de 1937, o Chefe de Polícia, em atenção à Lei Federal nº 155, de 15 de março, deu nova denominação às Delegacias Especializadas, extinguiu a de Costumes e criou a de Ordem Política e Social, com atribuições voltadas para colocar em funcionamento a máquina repressora estadual.

O **Diário da Tarde**, com respaldo legal, acirrou sua campanha: o “*credo da extrema direita*” deveria ser aniquilado. Por ocasião da intentona verde (68) o jornal chegou a publicar uma relação de pessoas que seriam atingidas pelo “*punhal integralista*” em Curitiba e Ponta Grossa. Dela faziam parte: Manoel Ribas, Agostinho Pereira, Octávio da Silveira, Roberto Barrozo, Raul Gomes e Brasil Pinheiro Machado, entre outros. A este tempo, segundo o jornal, havia, no Paraná, “*mais de mil integralistas presos submetidos a rigoroso inquérito policial-militar*” (69).

A ligação entre o integralismo e o nazismo tornar-se-á, ao longo dos anos, uma constante. Até no cotidiano da cidade o **Diário da Tarde** buscou episódios para transformar em relatos. Uma bandeira nacional, pregada no pedestal da estátua do Marechal Floriano, no centro de Curitiba, serviu para dar consistência a um texto de repúdio e alerta contra o Sigma: *“Como se vê”*, advertiu o articulador, *“os integralistas ainda não se conformaram. Mas hão de se conformar e se convencer que o Brasil não tolera imitações ridículas do nazismo”*. Um ano depois do golpe de 11 de maio de 1938, o jornal insistiu nos vínculos entre o integralismo e o nazismo. Transcrevendo uma carta dirigida a Raul Gomes, então diretor do periódico, pelo cônsul alemão do Paraná, refutou seus argumentos com base em declarações feitas por Osvaldo Aranha, meses antes em Nova Iorque, e que diziam respeito às subvenções nazistas obtidas pelo movimento integralista (70).

O combate ao *“quinta-coluna verde”* não findou. Retornou, com intensidade, em meados de 1943, quando o jornal noticiou que *“não chegam a cincoenta os alemães anti-nazistas no Paraná”*. A rememoração do passado imediato, na sua vertente repressora, foi tomada como referencial:

*“Não acreditamos absolutamente na retratação, ou melhor, no repúdio da crença política, nem dos integralistas, nem dos nazistas (...). Esta cidade mesmo assistiu o que foi aquela aventura e sabe que ela só fracassou graças à enérgica e oportuna reação das autoridades (...). Poderíamos trazer para aqui fatos que muita gente não conhece e que estão arquivados nos anais policiais (...). Poderíamos transcrever sem constrangimento, documentos escritos naquela ocasião, divulgados em boletins, em revistas e em jornais, mas achamos desnecessário fazê-lo (...). O integralismo ainda continua a ser um perigo - repetimos - e aí do Brasil se, ao invés de darmos combate a quantos vestirem a camisa verde, os estimularmos à sabotagem, à traição, justificando os seus atos passados, ocultando atitudes presentes” (71).*



Foi com verdadeiro júbilo que o jornal anunciou a abjuração de Miguel Reale. *“Integralistas: Mirem-se neste exemplo!”*, é o título de uma das manchetes sobre o assunto. A transcrição da entrevista dada pelo jurista paulista aos **Diários Associados** é cortada por subtítulos que, por si só, funcionam como advertência. Eis três exemplos: *“Não sou mais integralista”*, *“Trabalhar com o Brasil pela vitória dos aliados”* e, ainda, *“Atitude Patriótica”* (72).

Não podem, pois, ser desprezados os textos comemorativos da *“Masorca vulgarmente denominada Intentona Integralista”*. Neles, a *“madrugada de sangue”* é lembrada, ora com repulsa - *“quando a cidade dormia, explodiu a bilis dos camisas-verdes”*- ora com desdém - *“Não foram os camisas-verdes capazes de lutar como verdadeiros homens”*-; o integralismo é novamente associado ao nazismo, ambos configurando o “barbarismo” (73).

O bacharel Ciro Silva colaborou, sobremaneira, na retomada do combate, com as mesmas “armas” utilizadas há anos atrás: *“(…) aqui em Curitiba ninguém esquece que não havia alemães ou filho de alemão ou italiano ou raros destes que não fossem integralistas”*. Para o autor, o “cinismo” desses “fascistas” merecia drástica punição: *“Os títulos e as posições que esses homens carregam não os isentam de ser o que foram e o que são. Mussolini foi muito mais e acabou como um porco, dependurado pelas pernas! Quando teremos a nossa praça Loreto?”* (74). As preocupações eram novas, isto é, de natureza político-partidárias, mas as formas de acusações, bem como as soluções apontadas, velhas.

Proclamando *“ódio eterno ao fascismo”*, o **Diário da Tarde**, em 1945, portanto em pleno processo de democratização do país, esmerou-se na busca de uma linguagem que tocasse, bem de perto, os seus leitores. A Plínio Salgado assim se referiu: *“O Plínio aqui citado é o Salgado, aquele famigerado chefe verde que ao ver as cousas pretas para seu lado ‘azulou’ aninhando-se como pardal intruso na folhagem incolor de Portugal”*.

Não poupando, como sempre, seus adeptos: *“Seja de que*

*maneira se apresentam os partidários de Plínio, por Cristo ou contra Cristo, sem camisa ou com camisa, serão sempre os abomináveis traidores da Pátria e do povo” (75).*

Sob o pretexto de que nazistas e integralistas permaneciam de “pleno acordo”, o jornal, na sua postura “democrata”, recomendou:

*“A cada cidadão, consciente de seus deveres, cumpre denunciar as manobras, tolher os passos dos fascistas indígenas, não apoiando, por sua vez, partidos que tenham por ponto de partida as maquiavélicas convenções de Plínio Salgado” (76).*

A caça aos “inimigos da Pátria” adquiriu, mais uma vez, nuances curiosas. Em Guarapuava (PR), por exemplo, durante um comício em comemoração à vitória dos aliados, alguns desses “inimigos” foram identificados, pois haviam esquecido de mencionar, “propositalmente”, em seus discursos, que *“a guerra foi vencida também pelo Brasil e que lá estiveram, figurando brilhantemente os nossos irmãos”*. Para o jornal eram “camisas verdes” aguardando o momento de “propagar o seu nefasto credo”. Afinal de contas, naquela cidade se acobertava um dos maiores redutos integralistas do Paraná (77).

O antigo Chefe de Polícia, Roberto Barrozo, ora partidário da candidatura Eduardo Gomes, publicou em retrospecto de suas atividades no final dos anos 30, traçando um quadro da ameaça que pairava, novamente, sobre o país:

*“Noutros tempos o integralismo proliferava no Paraná. Era eu o Chefe de Polícia. Suportei, com desassombro, os combates mais duros, demorados e tenazes. Punha-se sob o escudo de influência vigorosa e desafiava o poder público. Ameaçava tomar o governo em 24 horas. Promovia concentrações. Noites de tambores silenciosos. Desfilava. Envergava camisa verde. Enchia os muros e paredes com seu emblema. Contrariava determinações. Burlava proibições. Estendia os braços nas saudações do modelo totalitário. Cantava o hino nacional pela metade.*

*Saudava com anauê. Prometia óleo de rícino aos adversários. Acusava de comunistas os seus inimigos” (78).*

Do passado ressurgiam homens e livros. Até o capitão Ratton, Chefe da DOPS em Santa Catarina e co-autor de “*O Punhal Nazista no Coração do Brasil*”, é lembrado, mormente quando aproxima, em seu livro, integralismo e nazismo (79). O ar, no “Paráiso Roxo”, permanecia “irrespirável”. A terra das araucárias, “ensombrecida”, recusava-se a romper “os limites” que a encerravam. Sem a “imaginação liberada”, só lhe restava apelar para a ação deliberada de caráter dissimulado, altamente repressivo.

## NOTAS

(1) Arquivo da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC. L. F./INEP. “Relatório da Comissão de Nacionalização apresentado ao Governo da República - o primeiro resultado dos seus trabalhos”. Distrito Federal, outubro de 1940, p. 24.

(2) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 16 de maio de 1944. p.7.

(3) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 21 de novembro de 1942. p. 1. A expressão “quinta-coluna” parece ter se vulgarizado, no Brasil, com a Guerra Civil Espanhola. Ernest Hemingway, no prefácio de sua única peça teatral, “A Quinta Coluna”, lembra que esta força militar, destinada a reforçar as quatro colunas militares que avançam na direção de Madrid, era composta por “simpatizantes” excessivamente “perigosos e determinados”.

(4) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 6 de setembro de 1938. p.8.

(5) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 23 de novembro de 1942 e 6 e 11 de abril de 1943. p.1 e 7 e 7.

(6) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 17 de dezembro de 1941 e 27 de abril de 1943. p. 2 e 1 e 6.



- (7) HITLER Guerreia o Brasil há dez anos. Infame trama Nazista no Paraná. Separata do jornal *O Dia*. Curitiba, s/d. (1942 ?).
- (8) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 1 de junho de 1940 e 29 de janeiro de 1942. p. 1 e 2.
- (9) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 26 de janeiro de 1942. p.1.
- (10) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 17, 27 e 31 de janeiro de 1944, 2, 3, 5, 8 e 19 de fevereiro de 1944. p. 6, 2, 1, 6, 6, 1, 1 e 1.
- (11) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 17 de janeiro de 1943. p.1.
- (12) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 11 de setembro de 1944. p.1.
- (13) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 2 de abril, 10 de fevereiro e 2 de maio de 1942 e 17 de janeiro de 1944. p. 6, 1, 1 e 1.
- (14) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 19 de fevereiro de 1944. p.1.
- (15) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 2 de abril de 1943 e 7 de julho de 1944, p.1 e 1.
- (16) CARNEIRO, David. A maledicência. In: \_\_\_\_\_. *História Psicológica do Paraná*. Curitiba : Tipografia João Haupt e Cia., 1944. p.12-18.
- (17) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 27 de novembro de 1944. p.1.
- (18) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 3 de outubro de 1944. p.1.
- (19) MARTINS, Romário. *Dados Bio-Bibliográficos até 1945*. Curitiba : Editora Guaira, s/d. p. 28-29.
- (20) A má vontade de Romário Martins em relação aos estrangeiros já foi observada por Wilson Martins em *Um Brasil Diferente. (Ensaio sobre Fenômenos de Aculturação no Paraná)*. São Paulo : Editora Anhambi. Ltda., 1955. p. 133.
- (21) MARTINS, Romário. “A ação nazista no Brasil” In: *Hitler Guerreia o Brasil (...)* Loc. cit. p. 3-6.

- (22) *Jornal Diário da Tarde*. Curitiba, 14 de outubro de 1937. p.2.
- (23) *Idem ibidem*.
- (24) ROMERO, Sílvio. O alemanismo no sul do Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Provocações e Debates*. Porto : Livraria Chardron, 1910. p. 164-165.
- (25) MUNHOZ, Alcides. *O Sr. Silvio Romero e o Alemanismo no sul do Brasil*. Curitiba : Oficinas de Artes Gráficas. Adalpto Guimarães, p. 20.
- (26) GUIMARÃES, Arthur. *O alemanismo no sul do Brasil. Réplica a uma crítica paranaense*. Rio de Janeiro : Tipografia do Jornal do Comércio de Roques e Cia., 1907. p. 7.
- (27) MUNHOZ, Alcides. *A teutofobia do Sr. Silvio Romero*. Curitiba : Tipografia da Livraria Econômica Aníbal Rocha e Cia., 1910. p. 22.
- (28) MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo : Livraria Duas Cidades, 1979. p. 201.
- (29) TORRES, Alberto. *O problema Nacional Brasileiro*. 4. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1932. p. 70.
- (30) Prefácio de Graça Aranha à obra de CHÈRADAME, André. *O Plano Pangermanista Desmascarado*. A terrível cilada Berlinezada “Partida Nula”. Paris/Rio de Janeiro : Livraria Garnier, 1917. p. XXVI.
- (31) O PUNHAL Nazista no Coração do Brasil. Delegacia da Ordem Política e Social de Santa Catarina. Florianópolis, 1943. p.7 e 8 e Ministério das Relações Exteriores - Guerra da Europa. Documentos Diplomáticos - Atitude do Brasil. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1918, p. 97-101.
- (32) SHULMANN, Bernardo. *Em Legítima Defesa*. A voz de um Judeu Brasileiro. Curitiba, 1937. p. 27.
- (33) A.F.G.V. - CPDOC. “Relatório da Comissão de Nacionalização (...)”, Loc. cit. p. 1.

- (34) Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná. Anuário contendo os fatos de maior relevância de sua atividade no ano social de 1934, principalmente a Campanha contra a Imigração dos Assírios. (Discursos) Loc. cit., p. 39, 60 e 74. BARROS, Homero. A Colonização Alemã no Paraná In: \_\_\_\_\_. *Críticas e Crônicas*. Curitiba : João Haupt & Cia, 1936. p. 45.
- (35) VIANA, J. F. de Oliveira. *Problemas de Política Objetiva*. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1930. p. 244.
- (36) BARROS, Homero. “O Elemento Alemão” e “A Colonização Alemã no Paraná”. In: *Críticas e Crônicas*, p. 41 a 50.
- (37) CARNEIRO, Davi. *História Psicológica do Paraná*. Curitiba : Tipografia João Haupt e Cia., 1994. p. 20 e 26.
- (38) MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente*. (Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná). p. 122 e LINHARES, Temístocles. *Paraná vivo*. Rio de Janeiro : Livraria José Olympio Editora, 1953. p. 317.
- (39) LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas - Os Anos Críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980. SCHWARTZMAN, Simon et alii. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro : Paz e Terra; São Paulo : Edusp, 1984 e GERTZ, René. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1987.
- (40) FREYRE, Gilberto. *Uma Cultura Ameaçada: A luso-brasileira*. Recife, 1940. p. 76-81. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 2. ed. Rio de Janeiro : Casa do Estudante do Brasil, 1942. p. 93-94. MAACK, Reinhard. *Os alemães no sul do Brasil: ponto de vista alemão*. (Cópia traduzida e datilografada). Arquivo da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC. L. F./ INEP, s/p. FONTES, Lourival. *Homens e Multidões*. Rio de Janeiro : José Olympio Editora, 1950. p. 29.
- (41) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 31 de março e 2 de maio de 1939. p. 1 e 2.
- (42) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 27 de fevereiro de 1939, 31 de



março e 29 de abril de 1942, 24 de fevereiro e 2 de abril de 1943. p. 8, 5, 6, 1, 6 e 7.

(43) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 19 e 20 de abril de 1939 e 7 de abril de 1942. p. 8, 5, 5, 5, 5, 1 e 6.

(44) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 05 de maio de 1939. p. 5.

(45) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 7 de dezembro de 1943. p. 1 e 2.

(46) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 27 de fevereiro de 1939. p. 5 e 8.

(47) HITLER Guerreira o Brasil há dez anos. Infame trama nazista no Paraná. Loc. cit. p. 139. *Jornal Diário da Tarde*. Curitiba, 29 de abril de 1942 e 23 de março de 1938. p. 1 e 1.

(48) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 7 de outubro de 1943. p. 2.

(49) VIANNA, J. F. Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. v. I, 3. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1933. p. 143.

(50) ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *Presença do Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1960. p. 69-73.

(51) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 23 de fevereiro de 1939, 29 de maio e 5 de junho de 1942. p. 8, 1 e 1.

(52) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 15 de setembro de 1943, 23 de fevereiro, 21 e 23 de junho de 1944 e 11 de junho de 1945. p. 1 e 6, 2, 1 e 6, 2 e 1.

(53) LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas : Papyrus/Unicamp, 1986. p. 107-138. \_\_\_\_\_. Estado Novo, Estado Velho - Novas Direções Historiográficas. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo : XXXV, p. 7 a 13, 1986-87.

(54) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 27 de maio de 1938. p. 1.

(55) BEOZZO, Oscar José. "A Igreja entre a Revolução de 1930. O Estado Novo e a Redemocratização". In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, v. 4. São Paulo :

Difel, 1984. p. 324-327.

(56) AFGV-CPDOC. L.F./INEP. "A Igreja como fator de Nacionalização". s/l, s/d.

(57) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 12 de novembro e 9 de agosto de 1938 e 17 de maio de 1939. p. 1, 8 e 1.

(58) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 21, 25, 26 e 28 de novembro de 1938, 6 e 8 de dezembro de 1938. p. 1, 8, 5, 1, 1, 8 e 1.

(59) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 18 e 20 de outubro, 29 e 30 de novembro e 21 de dezembro de 1943 e 17 de janeiro de 1944. p. 1, 6, 6, 1 e 6, 6 e 1.

(60) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 23 de fevereiro e 7 de março de 1939. p. 1 e 1.

(61) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 9 de agosto de 1938 e 5 de maio de 1939. p. 8 e 8.

(62) Entrevista com Natalia, Leão e Romão Sessak, Curitiba, 25 de dezembro de 1988.

(63) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 1 de abril de 1939. p. 3.

(64) GERTZ, René. *O Fascismo no sul do Brasil: Germanismo, nazismo e integralismo*. p. 112.

(65) Boletim Policial. Curitiba, Chefatura de Polícia Civil. Portaria nº 23, de 31 de março de 1937, p.3.

(66) Ver a propósito a obra clássica de Héglio Trindade, *O integralismo. O Fascismo Brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979, particularmente, a terceira parte "Natureza do movimento".

(67) Mandado de Segurança concedido pela Corte de Apelação do Paraná, em nome da Ação Integralista Brasileira. Curitiba, 25 de setembro de 1937. Boletim Policial, Curitiba, Chefatura de Polícia Civil. Portaria nº 60, vol. de setembro de 1937; p. 2 e 3. Boletim Policial. Curitiba, Chefatura de Polícia Civil. Transcrição do texto

*Ordem e Desordem*, publicado no jornal *O Estado*, de Curitiba, no 4 de setembro; e *O Uso da Camisa Verde Integralista e a Chefia de Polícia*. vol. de outubro de 1937. p. 12 a 19.

(68) Uma boa síntese do integralismo, em termos nacionais, pode ser encontrada em CARONE, Edgard. *O Estado Novo*. 1937-1945. São Paulo : Difel, 1977. p. 193 a 216.

(69) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 19, 21 e 23 de março de 1938, p. 1, 8 e 8.

(70) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 26 de maio de 1938 e 11 de maio de 1939. p. 8 e 8.

(71) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 2 de dezembro e 27 de julho de 1943 e 26 de janeiro de 1944. p. 5, 1, 1 e 6.

(72) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 3 e 4 de agosto de 1943. p. 2 e 1.

(73) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 10, 11, 12 e 13 de maio de 1943. p. 1, 1, 1-6 e 1-6.

(74) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 9 e 23 de maio de 1939, 11 de maio de 1943 e 16 de maio de 1945. p. 8, 8, 6 e 2.

(75) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 6 de novembro de 1944, 16 e 25 de abril e 11 de maio de 1945. p. 6, 7, 7, 1 e 7.

(76) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 21 de março de 1945. p. 7.

(77) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 26 de maio de 1945. p. 1.

(78) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 27 de novembro de 1945. p. 1.

(79) Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 29 de outubro de 1943 e 25 de junho de 1945. p. 5 e 1.